**Comissão Especial Interna criada com a finalidade de examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.**

###### ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 30 de agosto de 2012, às nove horas e trinta e dois minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que, sob a Presidência Eventual do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), foi instalada a Comissão com a presença dos Senhores (as) Senadores (as): **Ricardo Ferraço (PMDB/ES); Rodrigo Rollemberg (PSB/DF); Paulo Bauer (PSDB/SC); Wilder Morais (DEM/GO); Eduardo Amorim (PSC/SE); Fernando Collor (PTB/AL); Romero Jucá (PMDB/RR); Sérgio Souza (PMDB/PR) e Cyro Miranda (PSDB/GO).** Na Reunião foi eleito Presidente o Senador **Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)** e Vice-Presidente o Senador **Paulo Bauer (PSDB/SC)**, sendo designado Relator o Senador **Ricardo Ferraço (PMDB/ES).**

**O SR. PRESIDENTE**  (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro aberta a 1ª Reunião destinada à instalação da Comissão Especial Interna criada com a finalidade de examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, que propõem alteração no Código de Defesa do Consumidor, e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Consulto os presentes sobre as indicações para o preenchimento dos cargos. Nós temos que preencher o cargo de presidente e de vice-presidente. Agora, pode ser por aclamação. Um candidato falou comigo, acredito que esse mesmo candidato tenha falado com todos os senhores.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Comigo ninguém falou. *(Fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE**  (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –Rodrigo, olha, o Senador Sérgio disse que você não cabalou votos, não.

Então, como candidato a Presidente, até agora, o Senador Rodrigo Rollemberg, e o Vice, Senador Paulo Bauer.

Esta votação pode ser feita por aclamação.

Os Senadores que estão de acordo com esta chapa apresentada, com o Senador Rodrigo Rollemberg para Presidente e Senador Paulo Bauer para Vice-Presidente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, bato palmas. *(Palmas.)*

Eleitos por unanimidade.

Convido o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Paulo Bauer para assumirem, aqui na Mesa, os respectivos cargos de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Não há dúvida de que esta Comissão tem uma finalidade específica, a de propor alterações no Código de Defesa do Consumidor, que já está em muitos artigos defasados e precisando de atualização; e essa atualização será feita por todos nós que compomos esta Comissão. Será um trabalho duro, um trabalho carregado de idealismo, de boa vontade, e temos certeza absoluta de que os prazos serão cumpridos à risca.

Para assumir a Presidência, convido o nobre Senador Rodrigo Rollemberg, do Partido Socialista Brasileiro do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Quero agradecer a V. Exª, quero cumprimentar o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Paulo Bauer, quero convidar para compor a Mesa o Relator, neste momento designado por mim para relatar as matérias, Senador Ricardo Ferraço. *(Palmas.)*

Quero agradecer a confiança dos amigos Senadores que me honram com a missão de presidir esta comissão especial destinada a atualizar o Código de Defesa do Consumidor, especialmente no que se refere à regulamentação do comércio eletrônico, à proteção ao superendividamento e ao acesso coletivo aos direitos do consumidor na Justiça.

Quero dizer que esta Comissão foi criada em função de um trabalho realizado por uma comissão de juristas designada pelo Presidente José Sarney, muito bem presidida pelo Ministro Herman Benjamim, que, inclusive agora há pouco, Ferraço, dizia-nos que a aprovação do Código de Defesa do Consumidor se deu no governo do Presidente Collor.

É muito importante registrar a importância de que, efetivamente, possamos fazer uma atualização do Código, em função de que esses temas não estavam presentes na vida dos brasileiros quando da aprovação do Código de Defesa do Consumidor. Nós tivemos uma ampliação enorme do comércio eletrônico no Brasil, que hoje movimenta uma cifra de bilhões, algo em torno de R$37 bilhões por ano; portanto, uma expansão enorme, que precisa ser regulamentada, garantindo os mesmos direitos aos consumidores que nós temos no comércio presencial. E, em função das políticas desenvolvidas nos últimos anos que fizeram com que grande parte da população brasileira ascendesse à classe média e com a ampliação das políticas de crédito, nós tivemos também, além dos aspectos positivos dessas políticas, problemas que precisam ser regulamentados, como os problemas do superendividamento que hoje trazem sérios problemas para as famílias brasileiras.

Portanto, garantir a informação adequada, garantir a proteção ao consumidor é fundamental.

Tenho certeza de que, pela composição desta Comissão e pela qualidade do relator designado por mim para oferecer relatórios e pareceres sobre esses projetos, vamos nos ater a atualizar o Código de Defesa do Consumidor ampliando os direitos do consumidor, jamais reduzindo os direitos do consumidor presentes no atual Código de Defesa do Consumidor, o que faz com que este marco legal seja um marco reconhecido mundialmente.

Portanto, quero agradecer, mais uma vez, a confiança de todos e dizer da nossa expectativa de que possamos cumprir os prazos e permitir que o relator apresente seu relatório e seu voto dentro do prazo para que possamos oferecer à população brasileira uma contribuição significativa do Senado e do Congresso Nacional à proteção dos direitos do consumidor.

É claro que o relator vai dizer como pretende apresentar seu plano de trabalho, mas já posso adiantar que queremos ouvir os representantes do Governo e, inclusive, saudar, do ponto de vista do Governo, a criação da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, criação recente, mostrando a importância que este tema vem tomando também no âmbito do Governo Federal, e, ao mesmo tempo, também o nosso compromisso de ouvir todas as entidades representativas dos consumidores brasileiros.

Mais uma vez, agradecendo a confiança de todos, passo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando V. Exª pela eleição para o cargo de Presidente desta Comissão e também cumprimentando o Senador Ricardo Ferraço pela missão que lhe cabe de relatar, quero apenas registrar a minha satisfação em poder contribuir com esse trabalho ao lado de V. Exªs e dos demais integrantes e posso dizer que, sem dúvida, nós temos uma grande missão pela frente.

Quando a gente observa mundo afora qual é o procedimento do consumidor e do comércio em relação à compra e venda produtos, comparando com o que temos no Brasil, devemos dizer que, em muitos casos, nós ainda estamos quase na Idade da Pedra. Sem dúvida, é preciso e necessário que tenhamos uma nova ordem jurídica, um novo código não só de defesa do consumidor, mas de regulamentação de todas as relações do próprio comércio, da venda e da compra.

Nós vemos, hoje, muitas vezes, consumidores, compradores de produtos fazendo manifestação pública contra determinado fornecedor, contra determinado produto, porque não encontram meios jurídicos e meios legais eficazes para dar a ele a garantia em relação ao que ele tinha de expectativa ou ao que ele tinha de notícia com relação ao produto que adquiriu. Eu já vi em muitos lugares, em muitos casos, várias situações de constrangimento, em vários casos o consumidor não exercer o seu papel de questionar, de cobrar, de exigir reposição ou mesmo devolução de dinheiro por conta de algum procedimento que foi feito e que o iludiu ou não atendeu às suas expectativas.

Só para citar, Presidente, nos Estados Unidos, se a gente comprar um par de tênis numa loja, for para casa e, naturalmente, não tiver usado, uma semana depois, se você quiser, você vai à loja e devolve o par de tênis, diz: “Olha, mudei de ideia e decidi não tê-lo mais, porque encontrei outro modelo melhor, que atende melhor à minha expectativa”. Imediatamente, a loja passa a mão no caixa, pega o dinheiro e devolve; você entrega o produto e vai para casa. E ninguém viu nem ninguém ouviu qualquer notícia de que os Estados Unidos tenham ido à falência, ou o comércio tenha perdido a sua expressão, ou o consumidor daquele país tenha praticado algum suicídio por causa disso.

Quer dizer, nós temos, sem dúvida nenhuma, de criar novas regras no Brasil, não só para proteger o consumidor, mas para estabelecer novos parâmetros na relação comercial entre fornecedor e comprador.

Felicito V. Exª, quero registrar minha satisfação em estar presente nesta Comissão e também quero registrar e me manifestar convicto e confiante de que nós cumpriremos muito bem essa missão com a ajuda de todo o País, de todo os segmentos envolvidos e, principalmente, dos membros desta Comissão.

Muito obrigado.

 **O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Passo a palavra ao Presidente Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, meus cumprimentos a V. Exª pela eleição para Presidente desta importante Comissão; meus cumprimentos ao Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, da mesma forma o cumprimento pela eleição para Vice-Presidente; e o Senador Ricardo Ferraço, pela sua indicação para ser o Relator dos trabalhos desta Comissão.

Acredito que os nossos trabalhos, até pela qualidade dos integrantes desta Comissão, a começar pela Mesa Diretora, venha trazer grandes avanços para o nosso Código de Defesa do Consumidor, que tive, como Presidente, a honra de promulgar – já lá se vão 22 anos; portanto, o Código de Defesa do Consumidor já adquiriu, inclusive, sua maioridade. E, como bem disseram V. Exª, o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão, nesses 20 anos o mundo evoluiu bastante e o Brasil da mesma forma, inclusive crescendo mais do que a grande maioria dos países ditos desenvolvidos. Mas cresceu também a demanda, em função da ascensão de cerca de 30 milhões de brasileiros que, hoje, estão na faixa de consumo, fruto do trabalho do governo do ex-Presidente Lula e que vem sendo secundado pela atual Presidenta da República, mais 30 milhões de pessoas estão entrando na faixa de consumo, e não somente de consumo de produtos, mas consumo de serviços.

Além da questão do advento do comércio eletrônico, como disse o Presidente Rodrigo Rollemberg, que é um novo mundo que se descortina na relação entre o consumidor e o fornecedor, pelas informações que nós temos, algumas reclamações são procedentes até pela falta de um cadastro desses fornecedores, que muitas vezes aparecem na Internet oferecendo serviços e produtos e a pessoa, de forma inocente, acredita e faz o pagamento, e aquela empresa depois, um mês depois, some simplesmente, deixando sem atendimento aqueles que confiaram no anúncio que foi postado na Internet.

Além disso, temos também, com essa demanda por novos serviços, uma questão que faz parte do dia a dia de cada um dos brasileiros, que é a questão do transporte, tanto o transporte terrestre urbano ou intermunicipal, como também o transporte aéreo. Hoje, nós temos, praticamente, o mesmo número de pessoas demandando transportes aéreos e transportes terrestres, pela facilidade que se está tendo na questão do financiamento de passagens, do barateamento dessas passagens em função da concorrência, enfim, com isso a qualidade do atendimento vem sendo assustadora.

Acho que é um ponto que mereceria muito a nossa atenção. Naturalmente isso tem a ver – não é somente culpa das operadoras ou de companhias áreas ou de companhias rodoviárias – faz uma interface com a carência da nossa infraestrutura, temos de levar isso em consideração, é claro, mas temos também que, acredito eu, focarmos um pouco mais, até tendo em vista os grandes eventos que estão por vir como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, teremos também as Olimpíadas, mais a Jornada da Juventude, no ano que vem, em 2013, com a presença de Sua Santidade o Papa.

De modo que é necessário que essas companhias aéreas estejam bem preparadas para atender aos consumidores e aos demandadores por esse tipo de serviços dentro do Brasil e também fora do Brasil.

Eu gostaria de cumprimentar, portanto, mais uma vez, S. Exª o Sr. Presidente do Senado Federal, pela iniciativa da criação desta Comissão; cumprimentar o Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, o Sr. Vice-Presidente Senador Paulo Bauer e o Sr. Relator Senador Ricardo Ferraço.

Tenho certeza absoluta que, juntamente com os nossos companheiros que fazem parte desta Comissão, V. Exªs contarão com o apoio integral para o sucesso dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor pelas suas palavras.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Na mesma direção do Senador e Presidente Fernando Collor, quero parabenizar a iniciativa; quero parabenizar o Presidente Rollemberg, o Vice, Paulo Bauer, e Ricardo Ferraço. Meus maiores parabéns à criação deste Código há 22 anos.

Fico muito contente em participar desta Legislatura, porque o Senado está realmente preocupado em rever questões como Código Penal, Código Florestal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na Subcomissão, da qual também faço parte, a presido, e agora revendo, depois de 22 anos, o Código do Consumidor.

Na mesma linha, e também a minha preocupação, de como os hábitos e o poder aquisitivo mudaram demais nos últimos anos, estamos assistindo nos transportes aéreos e terrestres, principalmente no transporte aéreo, que está oportunizando às pessoas das classes C e D maior acesso, e vejo que as companhias não estão prontas para recebê-los. Nós temos tido diversos infortúnios nessa área.

Portanto, acho que os senhores vão poder prestar um grande serviço, como também um esclarecimento maior ainda à classe que, agora, começa a consumir mais. Esses 30 milhões que estão entrando desconhecem os seus direitos e compromissos, pois são desavisados. Isso a todo instante: “Você pode devolver isso”. “Mas eu não sabia. Eu já estou com isso há 20 dias”. “Não, você tem direito”. “Mas eu vou lá, na loja, e com quem eu falo?”

Penso que nós podemos prestar um grande trabalho à população, ao comerciante e à indústria, consequentemente.

Problemas sérios, principalmente com a indústria automobilística, porque, para se fazer uma troca eventual, há uma dificuldade muito grande saná-la, só depois de entrar na Justiça. Então, há um trabalho extenso.

Quero parabenizar pelos 22 anos atrás, que nos oportuniza, hoje, rever este Código.

Parabéns, Presidente.

Parabéns, Sr. Relator, que vai ter um trabalho imenso e ao Paulo Bauer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, meu caro colega de Partido Ricardo Ferraço, parabéns pela escolha do Senador Rodrigo Rollemberg para V. Exª ser o Relator.

Nós sabemos da importância da relatoria em um projeto como esse. Nós estamos falando da relação de consumo entre todos os brasileiros. Todos!

Veja só: é bom estar aqui ao lado do Presidente Collor, que foi quem sancionou esta lei inovadora, naquele momento, em 1990, a Lei nº 8.078, normatizando as relações de consumo.

Eu sou advogado, sou da área e sei da importância para o meio jurídico trazer a segurança necessária nessas relações.

Mas, de 1990 para cá, muito se mudou nas relações de consumo. Muito!

Ouvindo os Senadores Collor e Cyro, nós podemos perceber a amplitude da nossa responsabilidade nesta Comissão. Por exemplo, a comercialização hoje muito comum pela Internet, redes sociais, telefone, *tablet*... Há um distanciamento cada vez maior do consumidor e do fornecer neste mundo virtual. Este, talvez, será o grande desafio desta Comissão, que é avançarmos um pouco além da defesa dos interesses do consumidor.

Mas, de fato, promovermos uma relação de consumo que dá a segurança ao consumidor. Às vezes, nos parece que as leis protegem muito os fornecedores. Algumas dificuldades nós temos, como a citada pelo Senador Paulo Bauer, como outras, por exemplo, quando você compra um eletrodoméstico, se você financiar e não pagar a prestação, em 30 dias você estará representado em um órgão de restrição ao crédito. Mas, se aquele que vende não entregar o produto no prazo determinado, não há nenhum tipo de sanção.

Realmente, nós vamos promover aqui grandes avanços.

Peço licença, Sr. Presidente, para me retirar, porque neste exato momento, Senador Jucá, a Ministra Miriam Belchior está trazendo o orçamento ao Senado...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Foi remarcado para as 15 horas a entrega do orçamento.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. Então podemos ficar mais um pouco aqui para a nossa satisfação.

Muito obrigado, Presidente Rollemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É um prestígio para esta Comissão, Senador Sérgio Souza, tê-lo por mais alguns minutos.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Presidente Rollemberg, Relator Ricardo Ferraço, Vice-Presidente Paulo Bauer, eu quero também externar a minha satisfação ao ver instalada esta Comissão.

Quero registrar que entendo que esta Comissão deve se debruçar não só sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, mas, caso outros projetos estiveram tramitando, devem ser aglutinados, para que nós possamos ter a mesma linguagem, o mesmo tipo de tratamento e até agregar essas contribuições desses outros projetos.

Na verdade, defesa do consumidor hoje é um tema candente. E, como disse o Senador Sérgio Souza, há 22 anos mudou o perfil de consumo, mudou a forma de consumo. A sociedade brasileira, hoje, é outra sociedade. Nós somos um grande mercado consumidor que, na verdade, precisa ser mais bem regulamentado, mas bem fiscalizado sobre todos os aspectos.

Hoje, de manhã, eu vim preparado para um debate da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Infraestrutura exatamente sobre a aviação civil, oportunidade em que daria exemplos sobre a questão do consumo e sobre o abuso que estamos vivendo na Região Norte do Brasil, Senador Fernando Collor. Os preços das passagens áreas na Região Norte estão um verdadeiro absurdo e uma verdadeira gangorra. Eu dou o meu exemplo aqui: estou com passagens marcadas para a sexta e para o sábado, porque eu não sabia como iria ser feito aqui. A passagem do sábado custaria, para Boa Vista, R$700; a passagem da sexta-feira custaria, para Boa Vista, R$3.500. Ou seja, é algo inexplicável de um dia para o outro, nós termos uma variação. E quanto há momentos de se marcar a passagem com dois, três de antecedência chega a custar, para o Acre ou para Boa Vista, mais de R$5 mil uma passagem aérea, o que não tem explicação, porque é muito mais caro do que um voo internacional.

Então, na verdade, essas questões precisam ser colocadas de forma forte e contundente em defesa da sociedade e do consumidor, claro, respeitando a iniciativa privada, mas criando regras para que não haja abusos da forma como estão ocorrendo.

Então, fica aqui o meu aplauso, eu faço parte da Comissão – eu sou o Relator do orçamento, vou ter uma demanda muito grande no orçamento –, mas estarei presente aqui na Comissão.

Tenho a certeza de que o Senador Ricardo Ferraço, com a experiência que tem, com o equilíbrio que tem, com a garra que tem, vai fazer um grande trabalho, vai apresentar uma proposta que possa ser amplamente discutida e, sem dúvida nenhuma, a gente vai poder avançar, como temos avançado em outros códigos aqui no Senado Federal.

O Senado Federal tem-se registrado pela modernização da legislação brasileira, que é bastante antiga, mas que, nestes últimos anos, o Senado tem contribuído, efetivamente, para modificar e para modernizar essa legislação.

Então, fica aqui o meu aplauso.

Ao Relator, fica esse meu pleito, para S. Exª se debruce sobre a questão das passagens áreas, porque é um acinte, é um absurdo o que está ocorrendo hoje. Como foi dito aqui, hoje o Brasil está voando muito mais. Nós vamos ter Copa do Mundo, nós vamos ter Olimpíadas, então, não é possível ficar à mercê, sem controle do preço das passagens da forma como está ocorrendo e como ocorreu, por exemplo, na Rio+20 com o preço dos hotéis, quando houve um abuso também, que expôs internacionalmente o País de forma muito ruim.

Então, acho que nós temos de ter uma legislação da livre iniciativa apoiando os empreendedores, mas coibindo os abusos, separando o joio do trigo, exatamente para nós sermos uma Nação civilizada, que respeita o consumo e que o fortalece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Passo, então, a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Paulo Bauer, que compartilha com o Senador Rodrigo Rollemberg dos trabalhos da composição da Mesa Diretora desta Comissão, que se instala para refundar, por assim dizer, o Código de Defesa do Consumidor em nosso País, a minha primeira palavra é de agradecimento à confiança do Presidente da Comissão por haver me designado relator, mas, na prática, eu desejo compartilhar essa relatoria com todos os meus colegas, com todos os Senadores que compõem esta Comissão. Nós somos 11 membros efetivos e 11 membros suplentes. O nosso propósito é que todos tenham igualdade de oportunidade nas contribuições, nos debates desse novo desafio que o Senado da República assume com a sociedade brasileira.

Estamos, ao mesmo tempo, trabalhando o novo Código Penal, o Código Comercial e agora o Código de Defesa do Consumidor. Acredito que vale aqui um registro na linha do tempo e do destino. Em 1985, o Presidente Sarney consolida o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Em 1990, o Presidente Collor sanciona o Código de Defesa do Consumidor.

Todos continuam sendo protagonistas desse ambiente, dessa conjuntura e desse desafio: o nosso ex-Presidente Sarney, o nosso ex-Presidente Collor, o nosso Senador Sarney, o nosso Senador Collor, agora participando ativamente, de novo, desse processo à luz das mudanças da evolução do mundo, das relações de consumo, da necessidade de coibirmos os excessos e de proporcionarmos um mercado de consumo muito equilibrado, muito maduro, sobretudo em razão daquilo que nós assistimos nos últimos anos.

Eu desejo, como disse, compartilhar com todos os Srs. Senadores, com V. Exªs, esta relatoria. Preciso muito do apoio, da experiência, do trabalho, da vocação e do potencial de cada Senador.

Espero que, no próximo esforço concentrado, já possa apresentar uma proposta de trabalho de como poderemos, coletivamente, conduzir esse debate.

Evidentemente que vamos considerar muito tudo aquilo que foi feito, aquilo que nos antecedeu, porque uma Comissão de Juristas, dos mais gabaritados, foi constituída pelo Presidente Sarney e pelo Senado, mas o debate começa aqui, a partir de tudo isso que foi feito, tendo à frente o Ministro Herman Benjamin, profundamente comprometido com o tema, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, com elevada capacidade intelectual – nós tivemos o prazer de compartilhar de um café com ele, hoje, oportunidade em que ele se colocou inteiramente à disposição. Mas, efetivamente, o debate começa aqui.

Eu quero compartilhar com V. Exªs, já no próximo esforço concentrado, um plano de trabalho de como estaremos conduzindo esse esforço aqui na Comissão Especial, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Evidentemente que precisamos, desde já, Presidente,...

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Qual o prazo que temos, Senador Ricardo, para elaborá-lo?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Temos, em princípio, 20 dias úteis para emendas. Este é um prazo muito exíguo, porque, tramitação de Código é tramitação especial, definida no art. 374 do nosso Regimento Interno. Mas, evidentemente, que este prazo será muito curto e, evidentemente – claro –, o Regimento abre espaço para que nós possamos dilatar esse prazo.

Precisamos ter preocupação com o tempo, com a velocidade, mas não podemos prescindir da qualidade. Não podemos prescindir da qualidade.

Em 1990, quando a atual Código foi sancionado pelo ex-Presidente Collor, pelo nosso companheiro Senador Collor, as relações do mercado de consumo eram absolutamente outras. E nós precisamos considerar tudo isso.

Há inclusive, Sr. Presidente, a necessidade de nós solicitarmos à Secretaria-Geral da Mesa o apensamento. Nós temos, aproximadamente, 50 projetos de lei tramitando no Senado, que versam sobre o tema da defesa do consumidor. E tantos outros que estão tramitando na Câmara dos Deputados. Como este Código começa aqui, terá de ir para a Câmara e retornará para cá, por que não pensarmos já numa grande concertação que possa envolver o Senado e a Câmara, porque este é um Código do Congresso Nacional brasileiro. Ele nasce aqui, vai à Câmara e volta para cá. Se eventualmente nós envolvermos de alguma forma, não formal, oficial, mas se nós valorizarmos o espaço dos Deputados Federais, eu acho que nós temos possibilidade de conduzirmos essa grande convergência necessária à luz de diversos fatos que foram aqui registrados pelos Senadores Collor, Cyro e Romero Jucá.

Então, o meu desejo é que nós possamos, com o apoio de Deus e com o apoio de nossos companheiros, realmente, cumprir com a expectativa que a população brasileira. Que nós possamos proporcionar ao País um Código moderno, um Código equilibrado, que possa mediar essas relações que são de fundamental importância no dia a dia, sobretudo nesse momento em que o nosso País acolhe, no mercado de consumo, milhões e milhões de brasileiros. E a nossa expectativa é que isso continue acontecendo.

Precisamos também trabalhar a relação das nossas agências reguladoras, porque as concessões, no Brasil, felizmente, começam a ganhar muito mais espaço.

Recentemente, a Presidente Dilma lançou grande projeto de concessões no campo da infraestrutura. Portanto, precisamos debater o papel das nossas agências reguladoras, da forma como essas agências estão equipadas e estruturadas, porque são grandes aliadas na defesa do consumidor.

Esta semana o Rio de janeiro sofreu um apagão dos mais relevantes. E aí, qual é o papel da agência? Quais são os instrumentos que a agência tem para defender o consumidor e para fazer valer as suas prerrogativas que nós, legisladores, concedemos?

Então, temos pela frente um desafio grande e eu espero contar com todos os Srs. Senadores para que esta relatoria possa ser uma relatoria compartilhada, socializada com o conjunto das experiências dos nossos colegas Senadores que trazem aqui para o Senado a visão pessoal de cada um, a experiência pessoal de cada um. Espero contar com o apoio de todos para que, ao fim e ao cabo, nós possamos corresponder às expectativas da população brasileira em relação a esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – À guisa disso, que o Senado possa abrir um canal, através da Internet, para que a gente possa receber as sugestões dos cidadãos dos diferentes que nós temos no Brasil inteiro.

Não sei se daria tempo, como foi feito no anteprojeto do Código Penal, de realizarmos audiências públicas. Eu não sei por que... Vai depender da dilatação de prazo que se conseguir, mas a Internet nos ajudaria muito a receber sugestões, porque o que acontece no Sul, às vezes, é completamente diferente do que acontece no Norte e Nordeste.

Então, fica essa sugestão para ser apreciada pela Comissão.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES)– Isso é mais do que uma sugestão. É uma determinação.

Nós precisamos de nos valer das redes sociais, que são grandes colaboradoras e parceiras. Esse trabalho tem de ser feito em linha com a sociedade, tem que ser um trabalho *on line*. Senador Cyro Miranda, as portas e janelas estarão não apenas abertas, mas escancaradas à participação popular.

Muito obrigado pela contribuição de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Sem dúvida, Senador Cyro, é objetivo e interesse desta Comissão fazer audiências públicas para ouvir a opinião da Comissão de Juristas, dos órgãos de defesa do consumidor e da população de forma geral. Tenho certeza – quero reiterar – de que, pelo perfil dos membros desta Comissão, qualquer alteração ou atualização do Código de Defesa do Consumidor será no sentido de ampliar os direitos do consumidor e de dar segurança jurídica às relações de consumo e jamais para retirar ou reduzir direitos dos consumidores brasileiros.

Quero, antes de encerrar, fazer um agradecimento especial à Comissão de Juristas que preparou os três anteprojetos que originaram a criação dessa Comissão Especial: o Ministro Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2006, foi um dos colaboradores e inspiradores do atual Código de Defesa do Consumidor e tem sido um grande colaborador desta Casa. S. Exª colaborou muito nos debates sobre a atualização do Código Florestal; a Srª Cláudia Lima Marques, advogada e coordenadora do Observatório do Crédito do Superendividamento do Consumidor, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Srª Ada Pellegrini Grinover, professora de Direito Processual Penal da Universidade de São Paulo (USP) e doutora *honoris causa* pela Universidade de Milão, também participou da elaboração do Código de Defesa do Consumidor ; o Sr. Leonardo Roscoe Bessa, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal desde 1991 e titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor; Sr. Augusto Castellanos Pfeiffer, Diretor-Executivo do Procon de São Paulo e professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas; e o Kazuo Watanabe, advogado, professor aposentado da Faculdade de Direito da USP e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Como V. Exªs podem perceber, são pessoas da mais alta qualificação e, mais do que isso, extremamente comprometidas com os direitos dos consumidores brasileiros. Portanto, nós temos um material da mais alta qualidade para iniciar os nossos trabalhos, feito por gente extremamente qualificada e comprometida.

Posteriormente, nós marcaremos a próxima reunião desta Comissão de Atualização do Código de Defesa do Consumidor, prestando todas as informações acerca do prazo e do cronograma a ser apresentado pelo Relator.

Muito obrigado a todos. Mais uma vez agradeço a confiança de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)*

***Senador Rodrigo Rollemberg***

Presidente